

**VIII CONGRESO VIRTUAL SOBRE
HISTORIA DE LAS MUJERES.
(DEL 15 AL 31 DE OCTUBRE DEL 2016)**



**Mulheres “convertidas” e “nascidas muçulmanas”:
Dilemas, lemas, lutas e conquistas.
Vera Lúcia Maia Marques.**

MULHERES “CONVERTIDAS” E “NASCIDAS MUÇULMANAS”: DILEMAS, LUTAS E CONQUISTAS

Vera Lúcia Maia Marques¹

RESUMO

A imagem da mulher muçulmana “oprimida” e “submissa” é, sem dúvida, o que vem à mente dos não-muçulmanos, perante o cenário retratado pelos meios de comunicação sobre os radicalismos islâmicos. Entretanto, a mulher muçulmana, disposta a acabar com essa imagem, principalmente no que refere-se ao seu espaço público, torna-se sujeito histórico e propõe a desconstrução dessa imagem reivindicando os seus direitos. É nesse cenário que algumas brasileiras e portuguesas inseriram-se. Portanto, a comunicação que proponho irá tratar dessas “convertidas” bem como dos dilemas, lutas e conquistas envolvendo não somente essas mulheres mas também as “nascidas” muçulmanas dentro dos meus campos de investigação, Brasil e Portugal, relativamente ao feminino no Islã.

Palavras-Chave: Mulheres. Convertidas. Muçulmanas. Islã.

ABSTRACT

Muslim woman as "oppressed" and "submissive" is undoubtedly what comes to the non-Muslims minds when the media shows about the Islamic radicalism. However, the Muslim woman, ready to dismiss that image, especially regarding to its public space, become a historical subject proposing the deconstruction of the image claiming their rights. It is in this scenery that some Brazilians and Portuguese inserted himself. Therefore, the following communication addresses these conversions as well as its dilemmas, struggles and achievements involving not only women “converted” but also women “born” Muslim within my research fieldwork, Brazil and Portugal, in relation to female in Islam.

Keywords: Women. Converted. Muslim. Islam.

Introdução

As normalizações dentro do Islã, a exemplo do uso do *hijab* (o véu islâmico), as proibições de práticas ligadas a algumas profissões, as abstenções de sexo antes do casamento, os matrimônios inter-religiosos, dentre outras, têm provocado discussões dentro e fora do mundo islâmico.

No contexto feminino, o esforço para desconstruir a imagem da mulher muçulmana como “oprimida” e “submissa” já é notório. A conquista de novos espaços, a presença nos mercados de trabalho e as lutas pela igualdade de

¹ Doutora pelo Programa de pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil). Cooperação internacional com a Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Mestre em Ciências Sociais (Antropologia) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Brasil). Investigadora colaboradora do CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia - Portugal) locada no grupo de pesquisa “Circulação e produção de lugares”; Linha Temática Azimute - Estudos em Contextos Árabes e Islâmicos (CRIA-Portugal), NAR - Núcleo de Antropologia da Religião (CRIA-Portugal). verinhamarques@terra.com.br

direitos, de salários e pela liberdade começam a tomar fôlego passando, as mulheres muçulmanas, a assumirem-se como um sujeito histórico. As muçulmanas, antes excluídas das funções sociais, têm buscado os seus espaços, tanto na vida privada quanto na vida pública, e têm lutado pela justiça e igualdade de direitos entre homens e mulheres. Emergir do âmbito familiar e privado para o espaço do mercado de trabalho foi, sem dúvida, um importante passo na reivindicação desses direitos igualitários.

Assim, transformações já tomam lugar em algumas sociedades mas, infelizmente, ainda permanecessem distantes em outras. É o que tem nos mostrado os meios de comunicação de massa e os acadêmicos que tratam sobre o tema. Triste realidade de restrições sofridas por mulheres muçulmanas. Dessa maneira, o estigma da mulher excluída da vida social, econômica, política, cultural e religiosa, que ainda são uma realidade em determinadas sociedades islâmicas, faz parte do imaginário de muitos não-muçulmanos nos países ditos “ocidentais” onde as muçulmanas já são parte integrante e, às vezes, “ameaçadoras” presenças. Com a ascensão dos radicalismos, por exemplo, algumas mulheres tiveram que despir-se de suas identificações, enquanto muçulmanas, e tiraram o *hijab*, literalmente e metaforicamente, para inserir-se no mercado profissional e, porque não dizer, na sociedade como um todo. Mas, outras têm feito reiterados apelos para que as muçulmanas não sejam anônimas, que mostrem-se como muçulmanas para que sejam reconhecidas pelas suas lutas e conquistas.

Diante desse cenário, o que pretendo será fazer uma abordagem descritiva relacionada às problemáticas referentes a essa imagem de opressão/submissão e os dilemas das mulheres muçulmanas, pelo viés etnográfico das minhas investigações realizadas com “convertidas” e “nascidas muçulmanas” no Brasil e em Portugal². O objetivo é apresentá-las também como um sujeito histórico, que empenha-se na desconstrução de uma imagem que ainda carregam consigo, através do dia a dia, lutas e conquistas. Assim, após essa introdução, esse texto será composto por mais três partes. A primeira, será uma abordagem sobre a composição das comunidades islâmicas dos meus dois campos de investigação, bem como

² Opto, neste texto, utilizar o termo “convertida/conversão” e não “revertida/reversão”, mais usual entre os muçulmanos.

um pouco da metodologia empregada nas etnografias. Em seguida, farei a narrativa de alguns dilemas que envolvem as questões femininas no Islã. E, por último, as considerações finais sobre as minhas observações de algumas particularidades das muçulmanas “convertidas” e “nascidas muçulmanas”, frente aos seus dilemas, lutas e conquistas voltados ao feminino islâmico.

1. Muçulmanos no Brasil e Portugal: etnografias e metodologia

Início este item contextualizando os dois campos de investigação onde estão inseridas as mulheres muçulmanas que fizeram parte das minhas etnografias e que resultaram na minha dissertação de mestrado e na minha tese de doutoramento, tendo sido essa última comparativa entre Brasil e Portugal (Marques, 2000; 2009).

1.1. O campo brasileiro e o campo português

No Brasil, primeiro campo investigado, os muçulmanos que se estabeleceram foram, sobretudo, sírio-libaneses, uma imigração que iniciou-se por volta de 1860³. Estabeleceram-se nas cidades da região sudeste, na região sul (tríplice fronteira Brasil-Argentina-Paraguai) e ao norte do país. Atualmente, os muçulmanos e as suas instituições religiosas espalham-se por todo o Brasil. Entretanto, São Paulo apresenta o maior número de muçulmanos, seguido pela região fronteira no estado brasileiro do Paraná e no extremo sul do país.

Além dessa imigração há uma relação histórica do Brasil com a cultura islâmica desde a sua colonização. Raimundo Nina Rodrigues⁴, atribuiu aos muçulmanos (sudanese) destaque intelectual e social do movimento de 1835 na Bahia, que ficou conhecido como Revolta dos Malês (Levante dos

³ Alguns autores datam 1890. Divergência essa que justifica-se pelo registro de imigrantes árabes como turcos, devido aos passaportes expedidos pelos Otomanos. Ver Truzzi, 1997.

⁴ Raimundo Nina Rodrigues foi um antropólogo (e médico) brasileiro que, além de fundar a antropologia criminal brasileira, foi pioneiro nos estudos sobre a cultura negra no país. Entre seus livros destacaram-se: *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894), *O animismo fetichista dos negros da Bahia* (1900) e *Os africanos no Brasil* (1932).

Malês).⁵ Atualmente, o Brasil conta com outros imigrantes muçulmanos como, africanos, asiáticos, “convertidos”, mas ainda são esses “mediorientais”, sírio-libaneses (e palestinos), que compõem a maioria do universo islâmico brasileiro. Observa-se, nos dias atuais, as “conversões” que têm-se evidenciado nas periferias das grandes cidades brasileiras e atraindo jovens que associam o Islã ao movimento negro, aos Malês, *rap*, *hip-hop* e Malcolm X, um dos maiores defensores do nacionalismo negro nos Estados Unidos.

Em Portugal, a comunidade islâmica mostrou-se um pouco mais complexa do que no Brasil, devido à sua diversidade étnica. Os primeiros muçulmanos que se estabeleceram eram das ex-colônias portuguesas: Moçambique e Guiné-Bissau. Depois seguiram-se os bangladeshianos, paquistaneses, marroquinos e outros grupos de um fluxo migratório mais recente, mas não menos relevante. Além dos muçulmanos sunitas, encontram-se também os *ismailis*, que são do ramo xiita conhecidos como septmanos (ou septimais), por reverenciarem os sete primeiros *imames*, diferentemente do Brasil onde especialmente esse grupo xiita não se estabeleceu.

Algumas particularidades, próprias das diferentes constituições étnicas dos dois países foram observadas, visto que o Islã mantém-se nas nuances étnicas e culturais com peculiaridades residuais de suas origens. E em Portugal, por contar com muçulmanos de procedências diversas, essas diferenças acentuam-se ainda mais. Mas, além das diferentes práticas culturais, realizadas nos dois países pesquisados, não pude deixar de notar em Portugal a importância que hoje se projeta, não somente na região central que constitui o *al-Andalus* mas também no *Gharb*, como sua região periférica. Assim, a identificação de um Islã “herdado” tem sido vista como positiva e com uma dose nostálgica e romântica.⁶

1.2. Metodologia de investigação e as conversões

⁵ Para mais dados sobre a Revolta dos Malês ou Levante dos Maês ver Freyre (1984), Reis (2003).

⁶ Ver Silva (2005) e Tiesler (2005).

Depois dessa sucinta descrição dos dois campos de investigação, penso ser relevante expor um pouco da metodologia empregada e apresentar um pouco sobre as conversões.

Iniciei a minha primeira investigação em São Paulo e a sua região metropolitana, por ser a maior e mais importante comunidade islâmica do Brasil. Não seria uma pesquisa focada somente no feminino mas as mulheres despontaram como protagonistas. As entrevistas foram abertas com um grupo que pertencia às classes social e econômica média e baixa, com idades que variavam entre 21 e 60 anos, na época. Busquei pessoas que não possuíam ascendência sírio-libanesa ou de qualquer outra vertente migratória que compunha o grupo islâmico inserido no país. A maioria das entrevistadas possuía o curso superior, eram quase todas de origem católica e já haviam buscado uma outra religião antes de converterem-se ao Islã. Esses contatos foram realizados nas mesquitas, principalmente na oração *Jumu`a* (oração de sexta-feira ao meio dia – *Dhuhr*), nos finais de semana, nos congressos islâmicos, nas festas religiosas e nos casamentos. Entretanto, a maioria das entrevistas foram realizadas fora do âmbito religioso. O objetivo era propiciar expressarem-se mais abertamente, com a menor interferência possível do local.

O que constatei foi que o relato de falta de “identidade religiosa”, ou melhor dizendo “identificação religiosa”, foi recorrente nas entrevistas com as “convertidas”. Mas houveram outras motivações, também importantes, que permeavam o estímulo ao estudo relacionado às religiões de um modo geral e experiências que levavam em conta questões pessoais dramáticas, desorganizações familiares, dúvidas em relação à existência de Deus e, questões político-étnicas. Há relatos de participações em liderança de movimentos negro, sociais e de esquerda. Portanto, uma motivação sócio-ideológica. Enfim, os depoimentos estavam focados na reorganização e a reconfiguração de suas vidas. Mas, o pertencimento religioso era, por vezes, permeado pela dificuldade de acomodação na comunidade islâmica. Entre a maioria de convertidas no Brasil, a dificuldade de relacionamento com os muçulmanos de procedência sírio-libanesa era por conta das diferenças etno-culturais. Em seus depoimentos a “arabização” sobrepunha-se à “islamização”.

Em minha segunda etnografia, estendi as minhas observações para além do Brasil, à comunidade islâmica portuguesa. A metodologia seguiu o mesmo critério que o Brasil. As interlocutoras portuguesas não tinham nenhuma origem etno-cultural dos grupos islâmicos no país. Entrevistei também uma maioria de mulheres com idades que variavam entre 20 e 45 anos e formação educacional superior. A maioria era de procedência católica e apenas uma das interlocutoras era evangélica e converteu-se após a minha inserção no campo de investigação. Da mesma forma participei de oração *Jumu`a* na Mesquita Central de Lisboa, nas refeições de *iftâr* (quebra do jejum) do Ramadã, nas festas religiosas, nas aulas de religião seguidas das aulas de árabe e nas conferências. Estive por mais tempo com as minhas entrevistadas em algumas circunstâncias, como em viagem a Barcelona para participarmos do *Tercer Congreso Internacional de Feminismo Islámico*⁷ em 2008, onde aprendi mais sobre o universo islâmico feminino também com muçulmanas de diferentes procedências, “convertidas” e “nascidas muçulmanas”.

No caso português, uma das motivações para as conversões passava pelo viés matrimonial. Suas escolhas religiosas foram através do contato com os seus maridos. Outras buscavam o conhecimento da língua árabe ou o conhecimento acadêmico. Observei, na ocasião, que enquanto a maioria das mulheres convertidas assumia ter encontrado no Islã a resposta para os seus anseios e suas buscas religiosas, ou uma “identificação religiosa”, a exceção ficou por conta de uma das minhas interlocutoras que considerava a sua conversão “instrumental”, num determinado contexto de sua vida, ainda que não tivesse essa clareza e consciência na época da conversão. Entretanto, a inserção das novas muçulmanas na comunidade islâmica local era também conflituosa. Os ensinamentos islâmicos, que perpassavam pelas práticas culturais dos líderes locais, também não agradava quem buscava o conhecimento religioso.

Além dessas experiências, retornei às convertidas brasileiras, que eu havia entrevistado na minha primeira etnografia, com objetivo de detetar

⁷ O *Tercer Congreso Internacional de Feminismo Islámico* foi realizado em Barcelona (Espanha) e organizado pela Junta Islámica Catalana, entre os dias 24 e 27 de Outubro de 2008.

possíveis mudanças, atualizar os dados empíricos e porque tinha decidido ampliar o meu foco analítico estendendo-se também às práticas religiosas e culturais.

Enfim, as biografias demonstraram as suas trajetórias pessoais, suas motivações, facilidades e dificuldades antes, durante e após a conversão. Nem sempre uma conversão com um “antes” trágico e um “depois” pleno de sentido, mas, por vezes, com a certeza de um chamamento de Deus. Conversão como reorganização dos seus projetos de vida, pautados no sentimento de igualdade, justiça moral e disciplina. Uma transmutação das incertezas, próprias dos seus mundos desordenados, em certezas, rompendo com o antigo modo de vida e aderindo a uma nova visão de mundo.

2. Mulheres muçulmanas: dilemas do feminino islâmico

Os dilemas que envolvem as mulheres muçulmanas, sejam elas “convertidas” ou “nascidas muçulmanas”, têm sido discutidos por algumas associações e movimentos feministas islâmicos. Embora não seja objetivo desse texto abordar o “feminismo islâmico” e seus conceitos, tema que merece uma atenção especial e uma abordagem específica, não poderia deixar de citar que a *gender jihad*, impetrada por muçulmanas com finalidade de combater para afirmar o seu papel dentro da sociedade, segue crescendo.⁸ O feminismo e o Islã, aparentemente duas ideias distantes, aproximam-se dando origem a novos debates orquestrados pelas conhecidas feministas Lila Abu-Lughod, antropóloga americana de origem palestina especialista em estudo do gênero, Leila Ahmed, uma egípcio-americana que põe em causa as interpretações patriarcais do Islã, a marroquina Fatema Mernissi, das quais herdamos um belo legado.⁹

Dessa maneira, esse item tem na sua base as mulheres no Islã e as problemáticas e dilemas do dia a dia que envolvem o universo feminino islâmico, tanto no Brasil quanto em Portugal. Ainda que as “convertidas”

⁸ Ver Wadud, Amina (2006)

⁹ Essas especialistas em estudo do gênero contam com livros interessantes sobre a temática. Apenas como referência cito: *Writing Women's Worlds: Bedouin Stories* (1993) e *Do Muslim Women Need Saving* (2013) de Lila Abu-Lughod; *Women and Gender in Islam: Historical Roots of a Modern Debate* (1992) de Leila Ahmed; *Beyond the veil: Male-Female Dynamics in Modern Muslim Society* (1975) de Fatema Mernissi e outros.

fossem o maior interesse das minhas investigações, as observações estenderam-se às “nascidas muçulmanas”, objetivando uma melhor compreensão do grupo religioso islâmico feminino como um todo, e até mesmo por contraponto de um ao outro.

2.1. O uso do *hijab*

A primeira questão que deparei-me dentro do meu campo de investigação, tanto no Brasil quanto em Portugal, foi o uso do *hijab* (o véu islâmico). Algumas mulheres “convertidas” sentem-se divididas entre a vontade e o medo de usá-lo. Alguns relatos narram os insultos e as hostilizações no Brasil e em Portugal. Para algumas brasileiras, o *hijab* é um “símbolo religioso” e de “identificação” e o discurso recorrente entre elas é de que é preciso “amadurecimento” e uma “atitude consciente” para o seu uso. Em Portugal, a maioria das novas muçulmanas disse-me não sentirem-se confortáveis em usar o *hijab* por achar que chama mais atenção, fugindo aos objetivos de modéstia e discrição propostos pelo livro sagrado, o *Corão*. Além disso, o uso do *hijab* pode gerar, também naquele contexto, agressões verbais, olhares desconfiados e discriminação.

A valorização dos símbolos, principalmente aqueles mais visíveis como o *hijab*, exterioriza a crença e altera o olhar de ambos os lados, dos muçulmanos e da sociedade que os vê. No Brasil, por exemplo, algumas mulheres que nasceram em famílias tradicionalmente de muçulmanos relataram não usarem o *hijab* porque não foram acostumadas e tecem críticas às muçulmanas “convertidas” que o assumem. Para algumas, essas convertidas usam o véu mas não cumprem com as suas obrigações religiosas de forma correta, o que acontece, em minha opinião, pela falta de uma orientação apropriada. Em contrapartida, o não uso do *hijab*, por mulheres que já nasceram em famílias de imigrantes muçulmanos, também é criticado pelas novas muçulmanas que têm como desejo e meta um dia usarem o *hijab* sem serem molestadas ou recriminadas.

O uso do *hijab* é ambíguo desde a sua concepção e interpretação corânica até as suas aplicações, quer sejam religiosas ou de identificações. É um assunto que gera polêmica, críticas e as discussões vão além das

diferentes interpretações. As proibições nas esferas públicas em alguns países e/ou a obrigação do uso em outros são a prova de que o seu conceito difere entre as pessoas e a sociedade de um modo mais geral. Entretanto, para o francês Olivier Roy (2004: 24), que tem trabalhado com questões que perpassam pelo Islã político, o *hijab* é uma forma de “protesto identitário”, de “reconciliação com a modernidade”, “auto-afirmação” e “autenticidade”. Diz ele,

The *hijab* is also more a concept than a given item clothing. The way in which a Muslim woman can implement (or twist) the rule of concealing her hair, arms and legs can express either a given culture (Afghan *chadri*, Pakistani *burqa*) or a personal reappropriation of modernity (trench coat, headscarf and trousers for Turkish Islamist women or second-generation university students in Europe, not to mention the «*cha-Dior*» of the elegant upper-class ladies of Tehran) (2004, p.131).¹⁰

Retornando aos meus campos de investigações, tanto as muçulmanas “convertidas” como as “nascidas muçulmanas” no Brasil e em Portugal, o receio de usar o *hijab* tem em sua raiz o medo das agressões verbais e físicas e discriminação que pode levar à dificuldade de posicionar-se no mercado profissional. Percebi que em Portugal as convertidas têm a vida religiosa, mais claramente, como uma questão pessoal e privada. Na vida pública, principalmente na vida profissional, a maioria das novas muçulmanas optam por não usarem o *hijab*, evitando os contratempos e preconceitos.

Sabin Malik¹¹, ativista muçulmana paquistanesa que vive na Inglaterra, relatou que antes da onda de ataques impetrados pelos radicais islâmicos nunca tinha sido molestada por usar o *hijab* mas que as mulheres passaram a ser desencorajadas a usá-lo em decorrência da onda “islamofóbica” que percorre alguns países. Entretanto, Malik apela às mulheres muçulmanas

¹⁰ Tradução livre: “o *hijab* é mais um conceito do que uma peça do vestuário. A forma que uma muçulmana pode implementar (ou misturar) as normas de ocultar seus cabelos, os braços e as pernas pode expressar uma cultura dada (o *chadri* afegão, a *burqa* paquistanesa) ou uma reapropriação pessoal da modernidade (casaco, lenço e calças usadas pelas mulheres muçulmanas turcas ou pela segunda geração de estudantes das universidades na Europa, sem deixar de citar o “*cha-Dior*”, usado pelas elegantes mulheres da classe alta em Teerã”.

¹¹ A ativista muçulmana Sabin Malik trabalha com jovens e mulheres, coordenando projetos, assessorando autoridades locais e organizações mundo afora. Ela tem como objetivo a coesão comunitária na luta contra o extremismo ultra direita e do radicalismo religioso. O apelo da ativista, descrito no texto, foi feito no *Terceiro Congresso Internacional de Feminismo Islâmico*, realizado em Barcelona, em outubro de 2008, já referenciado nesse texto. Sobre a ativista ver mais em: <http://www.salaam.co.uk/muslimsinbritain/?p=1223>. Acesso em 27.09.2016.

para que tirem o *niqab* (vestimenta que cobre o rosto) mas que mantenham o *hijab*. Com esse apelo, Malik pede que elas não sejam anônimas. Acredita que as mulheres podem enfrentar o extremismo e mostrar-se para a sociedade em geral como muçulmanas que são. Mas alerta que é preciso uma melhor compreensão do Islã, por parte das mulheres, porque somente assim terão condições de mudar as suas próprias atitudes.

Após descrição dessas questões que abarcam o uso do *hijab*, recordo que o conceito e a forma de vestir-se e comportar-se muda de acordo com a cultura e com as reinterpretações pelo contato com o “outro”. O Islã não sendo um bloco monolítico, mantém-se nas diferenças étnicas e culturais. Por exemplo, na Mesquita Central de Lisboa as muçulmanas de origem indiana e as guineenses ocupam espaços físicos diferentes e cada qual segue a sua prática e o seu modo de ser e de vestir. Numa das minhas visitas à mesquita, ouvi o seguinte comentário, vindo de uma das “convertidas” portuguesas: “já viu aquela ‘menina africana’ lá no fundo, de jeans justo, sem mangas, peito descoberto e com lenço na cabeça? Ninguém sabe se ela é muçulmana, pois aquilo não é o *hijab*”. Percebi que nessa colocação estavam intrínsecas algumas questões que perpassavam pela diferença conceitual de: 1) ser muçulmana; 2) do uso do *hijab*; 3) da descrição que uma muçulmana deve obedecer; 4) e, do jeito de comportar-se.

As questões que permeiam o “ser muçulmano” são complexas, quando se misturam ao ser muçulmano “étnico”. No Brasil também, que tem influência sírio-libanesa, o ser muçulmana “brasileira” é uma meta de difícil alcance para algumas mulheres convertidas. Uma das minhas entrevistadas disse-me num encontro que era “alegre” e que tem um jeito particular de ser “uma muçulmana”. Tentei entender o que seria este “jeito alegre de ser uma muçulmana” e a resposta da interlocutora veio sem titubear: - “É um jeito muito colorido, muito divertido...”. E, completou: “aquelas roupas que você viu dentro [das mesquitas], nas comunidades [onde os medio-orientais são a maioria] não me servem. Eu não posso vestir aquilo, não é minha realidade”. Somente quando estive em Portugal entendi o “jeito alegre de ser muçulmana” da minha interlocutora brasileira. O jeito de vestir das muçulmanas em Portugal (conforme suas origens étnicas) e a “alegria” com que as mulheres guineenses cumprimentavam-se e cumprimentavam-me na

mesquita em Lisboa foi a mola propulsora para que eu, como investigadora, compreendesse as diferentes formas de “ser muçulmano”. Assim, descrevi no meu caderno de anotações:

Este foi o primeiro dia que estive na Mesquita Central de Lisboa. Ao chegar vi como os muçulmanos que a frequentam são tão diferentes das pessoas que frequentam as mesquitas no Brasil. Do lado de fora vi as mulheres com roupas africanas, bem coloridas e homens vestindo roupas também em estilo africano (*panjabis* e *topis*) [...] À saída da mesquita todos conversavam de forma bem descontraída. As famílias se encontravam e mulheres e homens se abraçavam e alguns beijavam-se no rosto e nas mãos (Caderno de Campo, 22.08.08).

As muçulmanas que emigram de seus países levam ao país de destino não apenas as memórias dos fundamentos islâmicos, mas também o seu modo de vida, continuando muçulmanas “médio-orientais”, muçulmanas “asiáticas” ou muçulmanas “africanas”, seja no Brasil, em Portugal ou qualquer outro lugar. Também as convertidas, “que tiveram que escolher entre ‘tornar-se’ paquistanês[a] ou ‘tornar-se’ árabe em vez de ser muçulmano[a]”, têm começado a se dar conta da diferença entre Islã e cultura, diz Tariq Ramadan (2004: 215), muçulmano suíço, de procedência egípcia, interessado nos debates sobre as questões ligadas aos muçulmanos no “ocidente” e ao revivalismo islâmico no mundo muçulmano. Entretanto, esse mesmo entendimento é o que gera, por vezes, dificuldade de inserção nas comunidades islâmicas locais.

Segundo Ramadan, hoje temos visto ser construído uma “personalidade muçulmana”, desenvolvendo-se uma forma de “Islã europeu”, “Islã americano”, e eu diria, também travestido de “Islã brasileiro” e “Islã português”, ainda que mantendo a fidelidade aos princípios islâmicos, mas com a cara das suas próprias culturas. E, porque não dizer, definitivamente, enraizados nas sociedades “ocidentais”, ainda que alguns países não sejam “capaz de manejar bem, de forma democrática, através do debate, temas como o lugar do Islã”, como bem expressou-se o sociólogo francês Michel Wievorka ao ser entrevistado pela AFP (Agence France-Presse), por ocasião da polêmica do *burkini* na França.¹²

¹² A controversa proibição do *burkini* em algumas praias da Riviera Francesa, como Cannes, fez as vendas da peça dispararem em 200%. A informação foi dada pela criadora da vestimenta, a australiana Aheda Zanetti. Em entrevista ao "New York Times", a estilista de

2.2. Família, amigos, vida profissional e grupos afins

Apesar dos processos de conversão serem, na maioria das vezes, longos fazendo com que as mulheres “convertidas” adaptem-se no decorrer desse processo, assumir a condição de muçulmana, ainda gera desconfortos familiares, sociais e profissionais. O que, por vezes, resultam em crises e rupturas nessas esferas sociais.

No âmbito familiar, as mudanças são percebidas, de modo que, para alguns familiares a conversão não é uma grande surpresa e após algum esclarecimento sobre a religião e, principalmente, comparações com o cristianismo, matriz cultural nos dois campos de investigação, as situações, às vezes, tornam-se mais amenas. Mas há relatos de relacionamentos bem complicados e desastrosos. Em relação aos amigos, apesar de existirem aqueles indivíduos que aceitam e compreendam as decisões e mudanças de quem converte-se, outros, além de não aceitarem, tecem críticas e distanciam-se. As lacunas deixadas pelas rupturas são preenchidas pelos relacionamentos com o grupo de destino. Em Portugal, com objetivo de tentar minimizar as rupturas, foi criada a “Comissão de Apoio Religioso aos Recém Convertidos / Revertidos”, que teve como propósito dar suporte e suprir as lacunas deixadas na pós-conversão. Entretanto, nem todos estão dispostos a participar das atividades e há quem faça críticas. Como opção, em algumas ocasiões, as novas muçulmanas apoiam-se através dos *forums* islâmicos, largamente encontrados na *web*. Ou seguem a religião de forma individualizada.

Algumas práticas no Islã são consideradas *haram* (proibidas) e algumas profissões, por estarem ligadas a essas práticas, são vistas como ilícitas o que afeta de alguma maneira a vida profissional daqueles que abraçam o Islã como religião. Apenas como exemplo, cito o contato com bebidas alcoólicas e com a carne de porco, tanto pelo manuseio como pelo transporte e venda, o trabalho em bancos não islâmicos, dentre outras.

49 anos defendeu a sua invenção, elaborada para permitir que muçulmanas pudessem tomar banho de mar sem ir contra a sua fé. Mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/ela/moda/apos-proibicao-na-franca-venda-de-burkini-dispara-19991968#ixzz4LZSN0k78> - Acesso em 28.09.2016.

Assim, em algumas circunstâncias, as recém convertidas tendem a abandonar as suas atividades profissionais por entenderem que não podem mais executá-las. Uma brasileira, atriz e bailarina, relatou-me que a sua profissão não condizia mais com o estilo de vida muçulmano. Além disso, não gostava mais daquele ambiente de trabalho. Enfim, o que era relevante anteriormente passou a não ter mais sentido. Entretanto, após uma década voltei a entrevistá-la e ela disse-me que chegou a conclusão que queria e deveria retornar à sua antiga atividade porque sentia-se frustrada. Assim, resgatou a sua vida profissional, seus antigos amigos, sem deixar a sua prática islâmica. Em busca de uma solução para a “crise” que estava vivenciando voltou ao convívio social que havia deixado para trás.

O recém convertido, como qualquer neófito, tende a um certo fundamentalismo religioso, no sentido estrito do termo. E, por ser mais rígido do que o nativo da fé, busca o conhecimento religioso de forma mais contundente, até mesmo pela carência da vivência religiosa no âmbito familiar. Portanto, o que eu percebi no meu campo de pesquisa foi que a busca inicial pelo conhecimento, por vezes, transforma-se em frustração. Quando voltei a entrevistar algumas das muçulmanas convertidas no Brasil, com objetivo de atualizar dados para a minha investigação de doutoramento, percebi algumas angústias e decepções que foram traduzidas como “crise”. Uma interlocutora, por exemplo, relatou-me que a “busca” do conhecimento religioso levou-a ao “ativismo islâmico”. Depois de participar de vários grupos, nos quase dez anos que separava uma entrevista da outra, decepcionou-se muito e entrou numa “crise muito grande” porque sentiu que ainda faltava-lhe o “conhecimento islâmico”. Foi dessa decepção que despontou o interesse pelo *salafismo*, motivo pelo qual foi criticada pelas outras convertidas, tornando as suas relações junto ao grupo islâmico difícil e frustrante¹³.

Os relacionamentos sociais e os relacionamentos no interior dos grupos afins, aliados às dificuldades da vida cotidiana que podem gerar conflitos, foram administrados individualmente e, as crises não foram excluídas. O envolvimento comunitário e com a mesquita nem sempre foram

¹³ O movimento *salafi* surgiu na Arábia Saudita e é baseado na ideia de que as três primeiras gerações de muçulmanos foram os exemplares, por isso, tentam inspirar-se no modo de vida deles. É, portanto fundamentalista na acepção do termo, ou seja, segue os fundamentos religiosos.

duradouros entre algumas pessoas que abraçam o Islã, foi o que concluí em meu campo de investigação. Isso porque, as relações dentro dos grupos islâmicos, tanto no Brasil quanto em Portugal, parecem, à primeira vista, nutrir sentimentos de afinidades, enquanto muçulmanos, mas se olharmos mais atentamente esbarramos em diferenças étnicas, de gênero e entre “convertidos” e “nascidos muçulmanos”. E, até mesmo com disputas internas. Uma dessas disputas, que recorro como exemplo, teve como base uma ficção, mas que virou uma realidade. Uma telenovela, exibida por uma emissora de televisão brasileira, mostrou em sua trama muçulmanos endinheirados, o que mexeu com o imaginário de algumas mulheres que procuraram as mesquitas para melhor conhecer o Islã e “os árabes”. Essa ação culminou em alfinetadas na comunidade islâmica no Brasil, entre algumas mulheres, por conta da concorrência amorosa e matrimonial¹⁴.

2.3. Casamentos inter-religiosos

Com a popularização das redes sociais, as amizades, os namoros e os casamentos via *web* intensificaram-se e tornaram-se uma alternativa, independentemente da religião e da procedência dos interessados. Por isso, não poderia excluir as mulheres muçulmanas. No Brasil, há relatos de novas muçulmanas que sentiram-se enganadas pelos pretendentes via *internet*. Estrangeiros que pleiteiam vistos para imigrar, depois de casarem-se por procuração com brasileiras e, uma vez no país, desaparecem. Ou, mais grave ainda, há casos de mulheres que mudam-se para um país estrangeiro e enfrentam problemas de adaptação, violência, fraudes, roubos, como alertou o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (Itamaraty) e como já foi matéria na mídia¹⁵.

¹⁴ Apesar de ser uma ficção e falar do Islã de forma exótica e com muitos clichês, a teledramaturgia “*O Clone*” estreou pouco depois dos atentados terroristas de 11 de Setembro em Nova York e Washington, o que poderia prejudicar a boa aceitação da trama entre os telespectadores, já que um dos núcleos principais era de personagens muçulmanos. Mas, a novela virou um sucesso de público. A telenovela foi exibida em vários outros países, inclusive em Portugal. <http://memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/o-clone.htm> Acesso: 25.09. 2016.

¹⁵ <http://www.portalconsular.mre.gov.br/administracao/avisos/relacionamentos-com-estrangeiros-pela-internet>;
http://brasil.elpais.com/brasil/2013/11/24/sociedad/1385321768_847980.html

Enquanto estive em Portugal, o Cardeal Patriarca de Lisboa, na época, protagonizou uma declaração que chamou a atenção da mídia portuguesa e, por conseguinte, de toda a sociedade e dos muçulmanos que ali vivem. Ele pediu “cautela com os amores [muçulmanos]”, sugerindo às mulheres que pensassem duas vezes ao aceitarem casar-se com um muçulmano ¹⁶. Obviamente, a comunidade muçulmana local procurou esclarecer o fato e sentiu-se “magoada” com tal declaração. Entretanto, o relato de uma das “convertidas” portuguesas, dava conta de que ela teria recebido o *talâq* (pedido de divórcio) pelo seu celular: “Eu fui casada com um egípcio que logo que teve a nacionalidade portuguesa me despachou com um *talâq* por *sms*”. Portanto, o interesse do casamento inter-religioso, com finalidade de obter a legalidade da permanência no país, parece ser uma questão que merece atenção e não pode ser negligenciada pelas mulheres muçulmanas quer no Brasil, em Portugal ou em qualquer outro país onde os processos migratórios têm se intensificado.

No caso das muçulmanas por conversão, que querem realizar as suas obrigações religiosas de maneira mais contundente, a vontade de conviver com os muçulmanos nativos, nos seus próprios países ou em outros países de maioria islâmica, pode parecer a solução para os seus dilemas mas, por outro lado, às vezes, criam dilemas maiores e algumas decepções. Uma das novas muçulmanas brasileiras, que colaborou com a minha investigação, revelou-me ter decepcionado com um pretendente marroquino. No início do relacionamento relatou-me que ele tinha um “comportamento islâmico”. Ficaram noivos mas a decepção veio quando ela começou a perceber que o noivo questionava sempre que ela usava o *hijab*. Com o tempo, pediu-lhe que tirasse o véu islâmico, colocando-o apenas na mesquita. Por fim, disse-me que o noivo tinha “vergonha” quando ela usava-o fora da mesquita, ficou “chocada” com a atitude dele e o casamento não se concretizou.

Não devo e não pretendo generalizar as relações e os casamentos inter-religiosos e mesmo os encontros, via *web*, apenas como desastrosos. Mas, é certo que a *web* pode carregar em si algumas artimanhas e falcatruas.

Acesso: 05.10.2016

¹⁶ <http://diario.iol.pt/esta-e-boca/lisboa-muculmanos-cardeal-patriarca-religiao-djose-policarpo-fatima-campos-ferreira/1032061-4087.html> Acesso: 05.10.2016.

As comunidades islâmicas tanto no Brasil quanto em Portugal são compostas por grupos étnicos, originários de países de maioria islâmica, e hoje já conta com segundas e terceiras gerações. Não podemos esquecer que para fortalecer os grupos, sejam étnico-culturais ou religiosos, garantindo as continuidades e estabilidades, enquanto grupos de pertença, as famílias ainda preferem os casamentos intra-religiosos. No Brasil, percebe-se forte coesão entre os muçulmanos de procedência sírio-libanesa e também ainda uma predileção pelos casamentos endogâmicos, assim como em Portugal entre os indo-moçambicanos, os guineenses, e outros grupos, devido a preocupação na transmissão dos costumes aos jovens descendentes, a fim de preservá-los dentro da cultura.

2.4. Práticas culturais e religiosas

Como mencionado anteriormente, o Islã mantém-se nas diferenças étnicas e culturais. Portanto, não pode-se negar a existência de entrelaçamentos culturais e o Islã. A prática pré-islâmica da excisão feminina em alguns povos da África é um exemplo concreto desse entrelaçamento.

Enquanto estive em Portugal tive a oportunidade de participar das *Jornadas de língua Pulaar e cultura Fulbe*¹⁷, juntamente com uma das minhas interlocutoras, donde duas jovens levantaram a questão sobre a prescrição corânica da excisão feminina. A resposta de uma das expositoras levava em conta que os “árabes” não possuíam tais práticas. Num segundo esclarecimento, foi dito que a prática era anterior ao Islã. Uma terceira opinião reiterou essa última. A dúvida persistiu e houve uma tentativa de colocar um ponto final na discussão. No entanto, não mais as jovens, mas outros participantes (homens e mulheres) disseram que as respostas não tinham sido claras. Finalmente, foi esclarecido que a prescrição da prática da excisão feminina não está no Corão. Apesar do esclarecimento um dos expositores recomendou que, mesmo que outros povos condenem, seus costumes, suas tradições deveriam ser mantidas. Embora a recomendação não tenha sido claramente no âmbito da questão em debate, a excisão

¹⁷ As 2^{as}. *Jornadas da língua Pulaar e cultura Fulbe* foram realizadas em 11 de outubro de 2008, em Lisboa.

feminina, foi possível entendê-la como uma resistência da transformação das suas tradições ancestrais, como um rito de passagem, passadas de geração a geração. Muitas organizações não governamentais e ativistas têm tratado do assunto e essas práticas são veementemente combatidas.

Enfim, poderia citar outras práticas que são mantidas e sentidas como islâmicas, devido a particularidades residuais de suas origens. Hábitos alimentares, vestimentas, vocabulário, rituais de casamento e morte e as vivências sexuais. Mas, deixarei essas questões para uma outra oportunidade e encerrarei esse item lembrando as reivindicações das mulheres muçulmanas, sejam elas de procedência ou por conversão, que lutam pelos seus direitos de igualdade quer seja na vida profissional como na vida pessoal reservando somente a ela o direito de escolha da não mutilação genital, a escolha dos seus maridos, de sua educação, ao não assédio sexual, dentre outros direitos que pleiteiam.

3. Considerações Finais: lutas e conquistas

O feminino islâmico reivindica o direito a debates mais igualitários e com maior participação da mulher na política, com objetivo de por fim os castigos corporais em alguns países, coibir a mutilação em outros, evitar os casamentos infantis, dentre outras questões importantes. Além disso, propõe lutar contra os terrorismos e radicalismos internos assim como pelos seus direitos de ir e vir pelo mundo, sem xenofobismos. Lutam pelo uso ou não do *hijab* conforme as suas vontade e não conforme as vontades dos governos e suas instituições. Para tal, as lutas externas e internas precisam ser contínuas. E, uma das lutas internas perpassa pela interpretação corânica.

Fatema Mernissi (1999), que cresceu num *harem* na cidade de Fez nos anos de 1940, tanto aspirou a liberdade quanto recriminou os abusos em nome do Islã. Mernissi pondera o olhar da religião na sua gênese e nos dias atuais assim como o faz Amina Wadud, uma afro-americana que converteu-se ao Islã nos anos 1980. Wadud teve sua formação acadêmica em universidades islâmicas na Líbia, Egito e Malásia. Ela é exemplo de perseverante luta. Wadud (1999), luta pelo direito do imanato feminino

porque entende que a liderança dos homens nas orações foi apenas uma decisão imposta pelos juristas islâmicos e não uma prescrição corânica.

Assim como Wadud, a professora de Política e diretora do Centro para o Estudo da Cultura, Raça e Etnicidade no *Ithaca College (New York)*, Asma Barlas propõe uma hermenêutica do Alcorão e clama por uma “revolução” liderada por mulheres muçulmanas, que desempenharão papéis importantes na esfera pública, no futuro. Não foi à toa que no discurso comemorativo dos quarenta anos da Comunidade Islâmica de Lisboa (CIL), em Junho de 2008, causou mal-estar entre os presentes, ao apresentar suas ideias. Seu discurso foi, por muitos, considerado “inoportuno e polémico”¹⁸. Entre outras questões, Barlas chamou a atenção para dois dos mais pungentes problemas que os muçulmanos enfrentam na atualidade: o primeiro deles é exatamente sobre a ausência de igualdade entre sexos, sendo as mulheres discriminadas. Diz ela,

(...) podemos e *devemos* contestar as leituras do Corão contra as mulheres dado que essas leituras também corroem o nosso conceito de um Deus justo não criado, e por essa razão, nem masculino, nem feminino, e por isso, também, acima da parcialidade sexual (Idem, p.14).

Finalmente, propõe uma leitura que permita aos muçulmanos defender a igualdade entre homens e mulheres, contra o discurso patriarcal presenciado no mundo islâmico. Afinal, não podemos esquecer as mulheres fortes do Islã, que encarnaram e transmitiram esses direitos, Khadija e Aisha, duas das mulheres do Profeta Muhammad.

Lila Abu-Lughod (2013) ao questionar se “as mulheres muçulmanas precisam realmente de salvação?”, nesse caso referindo-se às mulheres afegãs, abre um leque de possibilidades em relação as lutas e conquistas das mulheres. A “aceitação da diferença” nos remete a uma questão importante que diz respeito à mulher muçulmana ser vista como oprimida em razão do uso do véu islâmico. É possível que muitas pessoas não tenham questionado se essas mulheres querem ser libertadas do *hijab* ou se o *hijab* as oprime e as torna submissa. Por isso, a luta precisa e deve partir das próprias muçulmanas, que mostram avanços em algumas questões. Algumas conquistas dão conta de que, mesmo tardiamente, o direito ao voto e à

¹⁸ Entrevista reproduzida ao jornal *Al Furqân*, 2008: 19.

candidatura das mulheres na Arábia Saudita foi um passo em direção à igualdade de gênero.¹⁹ Samar Badawi, saudita e ativista tem desafiado a lei em seu país num movimento em prol da liberdade dos direitos humanos. E, bem recentemente, as sauditas assinaram uma petição solicitando o fim da obrigação de um sistema de “tutor” que autorize as mulheres trabalharem, viajar, fazer consultas médicas, obter documentos ou passaportes e casar. Lembrando, que na Arábia Saudita as mulheres ainda não possuem o direito de dirigir automóveis.²⁰ Como Badawi, Fatma Kafagy, que foca as suas preocupações em assuntos considerados de importância social como mutilação e o assédio sexual, conjuntamente com outros grupos, formados por muçulmanas (e não muçulmanas), empenhou seus esforços para mudar o código da família no Egito. Segundo a ativista, muitas crianças egípcias foram abandonadas nas ruas, pela recusa dos pais (e maridos) no cumprimento dos seus deveres para com suas ex-esposas e filhos. Portanto, luta para que a poligamia seja, pelo menos, restringida no Egito e que o pedido de divórcio não seja unilateral. E, não vamos esquecer da célebre frase que ficou conhecida em todo o mundo: “Uma criança, um professor, um livro e uma caneta podem mudar o mundo. Educação é a única solução”. Foram essas palavras que a jovem Malala Yousafzai encantou o mundo em julho de 2012, quando proferiu seu discurso da ONU (Assembléia Geral das Nações Unidas) e foi merecedora do Premio Nobel da Paz de 2014. Sua grande luta é pelo direito de educação para todos, especialmente para mulheres.

Não somente essas lutas que exemplifiquei mas as lutas diárias das mulheres vem tomando corpo. Quem não depara-se, quase diariamente, com notícias que citam as mulheres muçulmanas quer sejam pelas suas frustrações, lutas ou conquistas? Por exemplo, com o título “*The Way People Look at Us Has Changed: Muslim Women on Life in Europe*” a matéria do New York Times trouxe-nos vários depoimentos de mulheres muçulmanas na França e na Bélgica que são colocadas em permanente “combate” ou “luta” para manter-se no dia a dia após os eventos terroristas do Charlie Hebdo, de

¹⁹ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/12/mulheres-votam-pela-primeira-vez-em-eleicoes-na-arabia-saudita.html> Acesso: 05.10.2016.

²⁰ <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/09/milhares-de-sauditas-pedem-fim-do-sistema-de-tutela-das-mulheres-20160927105004195426.html> Acesso: 05.10.2016

Bruxelas, Paris e Nice, mais recentemente. Transcrevo aqui apenas um dos muitos depoimentos que parece-me assustador²¹:

I am insulted, spat on (literally) every day in the subway, on the bus, at school. Yet I have never insulted or hit someone. No, I am just Muslim. I am seriously thinking of going to live elsewhere, where other people's looks won't make me cry every night in my bed. Charlotte Monnier, 23, Toulouse, France. Architecture student.

Essa lamentável situação não ocorre apenas em partes da Europa ou Estados Unidos. O Brasil também vem sendo palco de algumas ações indesejáveis, como já foi matéria da mídia.²² Entretanto, no Brasil também mulheres muçulmanas já vislumbram algumas tímidas conquistas como, por exemplo, o uso do *hijab* nas fotografias de documentos de identidade e do documento oficial do departamento de trânsito de um dos estados brasileiros (Paraná)²³. Outra conquista teve como protagonista uma estudante muçulmana do curso de Direito (Advocacia). Durante o exame da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil –, obrigatório a todos os estudantes que concluem o curso superior dessa área, a estudante foi interrompida por usar o véu islâmico. Como solução, a candidata foi obrigada a retirar o *hijab* e fazer a prova em sala separada. Conseqüentemente, diante do episódio, a OAB mudou o edital e os candidatos poderão usar as roupas religiosas na próxima edição do concurso, não ferindo assim a liberdade religiosa das futuras candidatas muçulmanas.²⁴ Enfim, a passos lentos, mas decididos, as questões femininas vão ganhando lugar de destaque na sociedade. No caso da autorização da fotografia com o *hijab* para a documentação obrigatória no Brasil, o mérito foi de uma vereadora, primeira muçulmana eleita na cidade

²¹ Tradução livre: "Eu sou insultada, cuspada (literalmente) a cada dia no metrô, no ônibus, na escola. No entanto, eu nunca insultei ou bati em alguém. Eu sou apenas muçulmana. Estou seriamente pensando em ir morar em outro lugar, onde os olhares das pessoas não me fará chorar todas as noites em minha cama".

<http://www.nytimes.com/2016/09/03/world/europe/burkini-ban-muslim-women.html?smprod=nytcore-iphone&smid=nytcore-iphone-share&r=0> Acesso: 07.10.2016

²² <http://oglobo.globo.com/mundo/brasileira-muculmana-atacada-com-pedrada-em-sao-paulo-15071301>; <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/mulheres-sao-vitimas-de-agressoes-por-serem-muculmanas-em-curitiba-2q6boovjzp27i6jnv3w4j9mpz>

Acesso:07.10.16

²³ <http://g1.globo.com/pr/oeste-sudoeste/noticia/2013/05/uso-do-veu-islamico-em-documento-de-identidade-e-liberado-no-parana.html> - Acesso: Janeiro/2016

²⁴ <http://g1.globo.com/educacao/oab/noticia/2015/04/e-uma-vitoria-diz-jovem-muculmana-sobre-uso-de-veu-no-exame-da-oab.html> - Acesso: Janeiro/2016

do sul do Brasil (Foz do Iguaçu/Paraná), cuja polêmica foi tema de várias audiências públicas na cidade. E, claro, outras lutas foram e serão travadas em outros estados brasileiros. E, certamente, a estudante da polêmica acima citada também, num futuro, poderá contribuir para que casos como o que ocorreu com ela, e em outras situações importantes na vida de muitas muçulmanas, não se repitam.

Para a historiadora do Oriente Médio e das sociedades islâmicas, especialista nos estudos de gênero Margot Badran:

O discurso de igualdad de género y justicia social que surge de la comprensión del mandato coránico. Su principal objetivo es poner en práctica los derechos y la justicia para todos los seres humanos, en la totalidad de su existencia, a través del continuo público-privado. (2008: 106).

E é com esse discurso de igualdade de gênero e justiça que as mulheres muçulmanas, sejam “convertidas” ou “nascidas muçulmanas”, frente aos seus dilemas, lutam para conquistar seus lugares no mundo feminino islâmico e na sociedade de modo mais amplo, como um sujeito histórico.

Finalmente, ciente de toda a complexidade das questões que abarcam o feminino islâmico *vis-à-vis* as comunidades islâmicas locais e globais e as sociedades não islâmicas como um todo, limitei-me a compartilhar aqui apenas algumas das observações e particularidades no Brasil e em Portugal, tomando nota dos dilemas, lutas e conquistas das mulheres muçulmanas que propõe um diálogo para que num futuro próximo a desigualdade de direitos entre homens e mulheres possa ser apenas uma remota lembrança.

Referências

ABU-LUGHOD, Lila. *Do Muslim Women Need Save?* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2013.

BADRAN, Margot. “El feminismo islámico en el nuevo Mediterráneo”. In: Abdennur Prado *et alii*. *La emergencia del feminismo islámico*. Barcelona: oozebap – Colección *Asbab* 02, 2008, 105-133.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. 23^a. Edição. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora S.A., 1984.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. *Sobre práticas religiosas e culturais islâmicas no Brasil e em Portugal: notas e observações de viagem*. Belo Horizonte/Brasil: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

MARQUES, Vera Lúcia Maia. *Conversão ao Islam : o olhar brasileiro, a construção de novas identidades e o retorno à tradição*. São Paulo/Brasil: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2000.

MERNISSI, Fatema. *Sonhos de Transgressão*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

RAMADAN, Tariq. *Western Muslims and the Future of Islam*. New York, Oxford University Press, 2004

REIS, João José. *Rebelião Escrava no Brasil: A história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Nova Edição Revista e Ampliada, Cia das Letras, 2003.

ROY, Olivier. *Globalized Islam: the search for a new ummah*. New York, Columbia University Press, 2004.

SILVA Maria Carneira. “O sentido dos árabes no nosso sentido: Dos estudos sobre árabes e sobre muçulmanos em Portugal”. In *Análise Social*, vol. XXXIV (173), 2005, 781-806.

TIESLER, Nina Clara. “Novidades no terreno: muçulmanos na Europa e o caso português”. In *Análise Social*, vol. XXXIV (173), 2005, 827-849.

TRUZZI, Oswaldo Mário Serra. *Patrícios. Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo: Ed.Hucitec, 1997.

WADUD, Amina. *Qur'an and Woman: Rereading the sacred text from a woman's perspective*. New York: Oxford University Press 1999.

WADUD, Amina. *Inside The Gender Jihad: Women's Reform in Islam*. Oxford: Oneworld, 2006.

Revista

Al Furqán, Julho/Agosto, 2008, Ano XXVIII, nº 164, Loures, Portugal